

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





Estado não mudará forma de cálculos, diz subsecretária

DESPESA COM PESSOAL Selene Peres reconhece, no entanto, que, com a metodologia adotada pelo STN, gasto com folha comprometeu 64,36% da receita em 2018

Katherine Alexandria
katherine.alexandria@opopular.com.br

Após estudo do governo federal apontar que o conceito utilizado em Goiás para medir despesa com pessoal mascarou crise fiscal, a subsecretária do Tesouro Estadual, Selene Peres Peres Nunes, afirma que o governo goiano não pode mudar os cálculos. Ela explica que eles atendem no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) a Emenda Constitucional 55 do Estado, a qual exclui o imposto retido na fonte e a despesa com pensionistas do cálculo.

Ela reconhece que com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) o cenário é outro. Se adotasse o que é indicado pelo governo federal, o Estado teria descumprido o limite de gastos com pessoal segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2018. O percentual máximo que poderia ser comprometido da receita é de 60% e ficou em 64,36% conforme parâmetros da STN.

Porém, da forma como é calculado em Goiás, o percentual comprometido atingiu apenas 53,69% no ano passado. Selene argumenta que se a metodologia da STN tivesse sido adotada desde o início, a despesa de pessoal teria sido contida de forma preventiva. O Estado mudou o cálculo em 2017 com a Emenda Constitucional 55 a partir do segundo quadrimestre daquele ano e as despesas com pensionistas e imposto de renda deixa-

ram de ser consideradas.

“A LRF proíbe aumentos de remuneração, criação de cargos, admissão, contratação e pagamentos de horas extras sempre que o limite prudencial é ultrapassado. Contudo, como o Estado adotou metodologia própria, a despesa com pessoal cresceu muito além do que deveria”, defende. Ela cita que a despesa não pode ser contingenciada. “Ainda que nenhum concurso seja realizado, nenhuma nova contratação ou aumento seja concedido, a folha tem um crescimento vegetativo de 3% ao ano”, acrescenta.

A estratégia de desconsiderar gastos para não descumprir a LRF, que foi adotada também por outros Estados, é mantida. Porém, a subsecretária alerta que a Emenda 55 corre o risco de ser julgada Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). “Em razão da Ação Direta de Inconstitucionalidade 6129 movida pelo Ministério Público Federal e, se isso ocorrer e o Estado não adequar as despesas com pessoal, poderá sofrer sanções previstas na LRF (suspensão de garantias e operações de crédito).” A intenção do governo federal é padronizar a apuração dos limites de gastos para não ter divergência entre Estados e dar prazo para adequação.

Esses pontos estão previstos, por exemplo, no projeto do Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF), enviado ao Congresso e

que o governo de Ronaldo Caiado (DEM) defende para que o Estado possa ingressar. Sobre as ações para conter gastos, a Secretaria da Economia informou que o Estado tem empreendido esforços, “como a Reforma Administrativa (Leis estaduais 20.417/2019 e 20.491/2019), assim como tem feito um acompanhamento regular do limite de gastos com pessoal”. “A apuração do limite de gastos com pessoal pela metodologia da STN tem sido ressaltada diversas vezes pela secretaria de Estado da Economia, Cristiane Schmidt, como a mais adequada. Em termos técnicos, há sintonia com o governo federal.”

DEZEMBRO

Já em relação aos compromissos atrasados, o governo estadual diz que terminará de pagar a folha de dezembro neste mês.

Com a liminar deferida pelo STF para que o Estado ingresse no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a suspensão do pagamento de parte da dívida, há uma redução considerável da possibilidade de novos atrasos. A liminar, no entanto, tem validade de seis meses. Contudo, vale lembrar que a liminar foi concedida pelo STJ por um período de seis meses, para que o Estado prepare as condições de adesão ao RRF. Durante esse período, a dívida é registrada em conta gráfica. Isto é, continua se acumulando para ser paga ao final do regime”, conclui Selene.



‘Não me arrependo sobre decisão nem do resultado’

PRIVATIZAÇÃO DA CELG Em oitiva na CPI que investiga a desestatização da companhia, ex-secretária da Fazenda Ana Carla Abrão reiterou lisura na transação e que cenário do Estado seria pior sem a venda

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

“Eu não teria colocado meu nome nesta operação se não tivesse absoluta certeza de como ocorreu o processo”. Esta foi uma das falas da ex-secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, durante depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Enel, na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás ontem. Entre os principais questionamentos dos deputados estão a idoneidade do processo de venda da Celg Distribuição (Celg D), em 2016, a decisão sobre o valor do leilão e a real necessidade do leilão da estatal naquela época. Ana Carla foi titular da então Secretaria da Fazenda entre os anos de 2015 e 2016 e comandou o processo de venda da Celg-D.

A CPI da Enel foi instalada na Assembleia Legislativa no dia 28 de fevereiro, com o objetivo de investigar supostas irregularidades na privatização da Celg-D, além da qualidade dos serviços prestados pela sua sucessora, a companhia italiana Enel, em Goiás.

Durante o depoimento, a ex-secretária argumentou que a operação foi feita com “total lisura” em parceria com instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Não tenho nenhum arrependimento da decisão e do resultado da privatização. Sem esse processo, a situação do Estado seria grave e não teríamos a quem responder”, disse Ana Carla.



Wildes Barbosa

Ana Carla Abrão, ex-secretária da Fazenda de Goiás, defende que leilão da Celg era “medida necessária”



“Não tenho nenhum arrependimento da decisão e do resultado da privatização. Sem esse processo, a situação do Estado seria grave e não teríamos a quem responder”

Ana Carla Abrão,
ex-secretária da Fazenda

Questionada pelo relator da CPI, Calro Sallim (PROS) se sabia de algum desvio de dinheiro no processo de venda da Celg, Ana Carla respondeu que se tivesse conhecimento de qualquer favorecimento no processo, não continuaria a defendê-lo. “Tudo o que foi feito dentro da minha liderança foi com lisura. (...) Tenho consciência tranquila de tudo o que fiz, fui norteada pelo interesse público do Estado de Goiás”.

De acordo com Ana Carla, o leilão da Celg era uma medida absolutamente necessária diante das dificuldades financeiras que o Estado já enfrentava na

quele época. Entre os motivos apresentados pela secretária para a venda ela destacou que a Celg-D estava em “processo acelerado de deterioração e sem investimento há muito tempo”.

Além disso, segundo a ex-secretária, a Celg também começava a atrasar o repasse de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que, segundo ela, poderia trazer reflexos no pagamento da folha do Estado. “Goiás também sofria com o descompasso entre despesas e receita. Era preciso focar naquilo que o Estado precisava entregar, como serviços de saúde e educação. A Celg iria absorver recur-

sos sem conseguir devolver serviço de qualidade”, disse a ex-secretária.

LEILÃO

Sobre o processo de venda e o preço pelo qual a Celg-D foi vendida, Ana Carla disse que duas empresas foram contratadas pela International Finance Corporation, um braço do Banco Mundial, para avaliação da estatal e apresentação de preços que poderiam ser oferecidos. A ex-secretária destacou que a publicação do edital ocorreu em meio à indicação do ex-presidente Lula a ministro da Casa Civil e impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. “Tivemos um leilão vazio. Com a situação do cenário político e a contínua deterioração da empresa, uma nova avaliação precisou ser realizada e o preço abaxhou”.

Quanto a uma eventual reversão da venda da Celg-D, Ana Carla afirma que a atitude seria “absolutamente extrema”. Para a ex-secretária, essa mudança vai contra pontos importantes como segurança jurídica e busca por investimento privado. “Passa por cima dos papéis das instituições envolvidas no processo. A fiscalização e punição da empresa é responsabilidade da agência reguladora, a Aneel”. Reverter o processo, diz a ex-secretária, implicaria na devolução do dinheiro para a Enel. “A Aneel pode casar a concessão de qualquer distribuidora de energia elétrica do País, mas precisa ser baseada em fatos”.

A mãe da ex-secretária, a ex-senadora Lúcia Vânia, acompanhou o depoimento da filha à CPI.



GIRO



**Caio Henrique
Salgado**

caio.salgado@opopular.com.br

Celg GT deve investir no lugar da Enel com recursos do BNDES

A Celg Geração e Transmissão, que pertence ao Estado, deve ficar responsável pelos investimentos que a Enel tem deixado de fazer em Goiás a partir de empréstimo de até R\$ 2 bilhões via BNDES. A proposta, apresentada pelo Ministério de Minas e Energia, foi discutida ontem em reunião do governador Ronaldo Caiado (DEM) com o titular do MME, Bento Albuquerque, e representantes do Ministério da Economia, na casa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). O acordo inclui o aval do governo Bolsonaro para a operação financeira e a redistribuição da tarifa de energia para aumentar a fatia destinada à geração e transmissão. Isso permitirá uma compensação dos valores investidos pelo governo estadual, que aponta uma escalada nas reclamações desde a venda da Celg. A mudança ocasionará redução nos valores arrecadados pela Enel, que será notificada nos próximos dias na busca por uma "solução conciliatória".



Goianos buscam Governo Federal para cassar venda da Celg

Raphael Bezerra
Especial para O Hoje

Os parlamentares goianos discutiram, na tarde desta terça-feira (6), a possibilidade, junto ao governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), de reestatização da Celg, vendida para a empresa italiana Enel. A coordenadora da bancada goiana, Flávia Moraes (PDT), diz ao O Hoje que a intenção inicial do governo é não seja preciso chegar ao ponto de cassar o contrato da empresa. Líder do podemos, José Nelton disse que os dados apresentados mostraram que a empresa perdeu mais de R\$ 1 bilhão de valor seis meses antes de ser vendida.

Flávia Moraes, confirmou ainda outras duas reuniões para os próximos dias com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, e com o presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL) para buscar na Justiça uma forma de cassar o contato de venda da antiga Celg.

Para a deputada, a empresa é viável, do ponto de vista econômico, para realizar os investimentos acordados. Entretanto, ela diz que mesmo diante da lucratividade da empresa, a “Enel não tem cumprido com o contrato” e que é preciso cobrar da empresa.

“Não é que o governo tenha isso [reestatização] como prioridade. É uma alternativa, o Estado quer que a população seja bem atendida. Infelizmente, ela



Enel rebateu acusações de deputado e disse não ter recebido nenhuma notificação do Governo

[Enel] recebeu a empresa [Celg] com algumas metas e não tem cumprido”, afirmou.

Zacharias Calil (Dem) defendeu a solicitação do governador que solicitou ao Ministério de Minas e Energia soluções para o “estado ruim em relação à energia”. Você vê, pelas estradas, caminhões de óleo para abastecer a indústria porque não chega energia”, disse ao O Hoje.

Além de criticar os investimentos e a qualidade do serviço prestado pela empresa que distribui energia no estado, Zacharias diz que “o custo alto de energia, sem retorno e investimento, prejudica, diretamente, o consumidor final e as empresas deixam de investir em Goiás por falta de estrutura”, completou.

Governo deve buscar na Justiça reverter a venda

José Nelton afirmou ao O Hoje que os deputados e o Estado devem procurar à Justiça para tentar resolver os problemas de energia elétrica de Goiás. “Elaboramos três estratégias jurídicas que poderiam reverter a venda”, diz.

O deputado endureceu o tom ao falar que a empresa foi vendida a “preço paraguaio”. Segundo Nelton, cerca de seis meses antes de ser vendida, a empresa perdeu quase metade do seu valor de mercado sem ter “perdido um único transformador se quer”. “A empresa foi avaliada pelo BNDES, pelo ministro de Minas e Energia do governo de [Michel] Temer e pela Aneel. Seis meses antes de ser vendida a empre-

sa tinha sido avaliada em R\$ 2,7 bilhões e próximo da venda a avaliação caiu para pouco mais de R\$ 1 bi. A Enel está detonando a economia de Goiás e extorquindo empresários”, afirmou ao O Hoje.

O deputado pontou também o crescimento das reclamações da empresa. Segundo ele, a Celg, antes de ser vendida, tinha 40% de reclamações enquanto, sob a gestão da Enel, esse número chegou a 80%.

Ronaldo Caiado disse, em coletiva após a reunião com a bancada goiana, que vai recorrer à Agência Goiana de Regulação (AGR) em relação às reclamações de consumidores sobre a atuação da Enel.

“Eu já levei isso aos ministros e ao presidente da República. Vou implantar um

sistema na Agência Goiana de Regulação para que os cidadãos possam ali documentar os prejuízos que tiveram e os prejuízos futuros que terão. Vamos mostrar ao Governo Federal que não podemos admitir que uma empresa que tem a responsabilidade de fornecer energia para os goianos possa se achar no direito de fazê-lo no dia que bem entender. Goiás exige respeito”, finalizou.

Enel se defende

Por meio de nota, a Enel Brasil rebateu as acusações feitas pelo deputado federal José Nelton (Podemos) e disse que “a distribuidora contabiliza de forma transparente em seu balanço o investimento bruto, feito com aportes da companhia e de terceiros, e o investimento líquido, realizado apenas com recursos próprios”.

A distribuidora informou ainda que não recebeu nenhuma notificação do Governo Federal sobre possíveis revogações do contrato e que realizou 3,5 vezes mais investimentos no Estado que a média de quando a distribuidora era estatal.

Sobre o aumento das reclamações citado pelo deputado, a empresa pontuou que “o volume do total de contatos registrados na Aneel em 2018, a distribuidora esclarece que apenas 8% referem-se a reclamações. O total de contatos mencionados inclui solicitação de informações, além das reclamações”.



Quebra de contrato é inviável

CPI da Enel ouviu a ex-secretária da Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão que disse que a cassação se daria apenas no limite do não cumprimento das metas estabelecidas

Venceslau Pimentel
Especial para O Hoje

A ex-secretária da Fazenda, Ana Carla Abrão, disse ontem que a reestatização da Companhia Energética de Goiás (Celg) atropelaria contratos e a segurança jurídica no país, além de o Estado ter que devolver o dinheiro da venda da companhia, no valor de R\$ 850 milhões. “É uma decisão extrema”, alertou.

No entanto, ela afirmou que, em último caso, se a Enel Brasil não cumprir com as suas obrigações previstas no contrato de privatização, ela pode ter a concessão cassada pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

“A reversão do processo de privatização, não. Só atropelarmos os contratos e atropelarmos também a segurança jurídica do país”, disse a ex-secretária em entrevista, ontem, após prestar depoimento à Comissão parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa que investiga supostas irregularidades na privatização da Celg, além da qualidade dos serviços prestados pela sua sucessora.

“É sempre previsto que a concessão é pública, em qualquer serviço do poder público. E na concessão, tem que se cumprir metas, entregar indicadores de qualidade e fazer investimentos”, pontuou. “No caso, a agência reguladora (Aneel) tem que monitorar, e ela penaliza a empresa caso não esteja entregando aquilo que foi combinado do ponto de vista de qualidade. E no limite, ela pode cassar a concessão”, arrematou.

A venda da Celg D aconteceu em leilão realizado em novembro de 2016, na BM&Bovespa, em São Paulo, por R\$ 2,187 milhões, com um ágio de



Ana Carla falou da possibilidade de a Aneel cassar concessão da Enel Brasil, caso não haja cumprimento do contrato

28%. Desse valor, coube ao estado de Goiás R\$ pouco menos de R\$ 1 bilhão. O restante ficou com a Eletrobras, que detinha a maioria das ações, devido ao processo de federalização.

No depoimento, Ana Carla Abrão disse que não tinha nenhum arrependimento por ter conduzido, na gestão do então governador Marconi Perillo (PSDB), o processo de privatização da Celg. Ela contou que levou a Marconi a possibilidade de venda da companhia energética, em virtude do quadro de pré-falência. “Havia um processo de deterioração financeira grave, por conta da falta de investimentos, e o governo não tinha dinheiro para fazer o aporte de recursos necessários”, disse. Segundo ela, o processo se deu em total liberdade, transparência e responsabilidade, amparado por Banco Nacional de Desenvolvi-

mento (BNDES), Tribunal de Contas da União (TCU), Banco Mundial, Ministério de Minas e Energia, Tesouro Nacional, Eletrobras e Aneel. “Havia alternativa? Não”.

Caso a Celg não fosse privatizada, ela comprometeria, inclusive, o pagamento do funcionalismo, conforme afirmou a ex-titular da Fazenda. Ela explicou que tinha como papel, no processo, mostrar as potencialidades de Goiás aos eventuais compradores da companhia. “O principal objetivo era atender ao interesse público”.

Segundo Ana Carla, se a Enel não tem cumprido com as suas obrigações, cabe à Aneel, como agência reguladora, fiscalizar. A Aneel está aí para isso, e a CPI tem esse papel, de cobrar para garantir que os investimentos que estão sendo feitos não são suficientes, vamos sentar com a empresa e

exigir que ela faça mais investimentos”, frisou. “É um processo construtivo que vai garantir mais investimentos para Goiás e melhorar a qualidade dos serviços. É o processo natural de segurança jurídica, de estabilidade de regras e de atração de investimentos”.

Mais uma vez a ex-secretária salientou que para cassar a concessão, é preciso estar baseado em fatos, em indicadores para discutir, inclusive, que outra empresa possa vir comprar a Celg, “se um caso extremo com esse aconteça”.

Após o fim do depoimento de Ana Carla Abrão, os membros da CPI decidiram que o ex-governador Marconi Perillo será convocado, mas não marcou data.

Incentivos

Durante o depoimento, Ana Carla Abrão explicou que

não foi dada a Enel isenção fiscal, mas há previsão de que ela terá direito a ressarcimento, caso o Tesouro estadual não cumpra as suas obrigações com a concessionária. “A Enel pode creditar o seu ICMS. Ou seja, se ela R\$ 100 milhões a pagar de ICMS, ela pagará só R\$ 90 milhões para compensar a dívida que o Estado pode vir a ter com ela. Não são isenções fiscais”, assegurou. “Em momento algum eu proporia a fazer um absurdo desse. Ou seja, uma modelagem que dessa à Enel R\$ 5 bilhões de isenção fiscal”, reafirmou. A ex-secretária chegou à Assembleia acompanhada de sua mãe, a ex-senadora Lúcia Vânia, e do seu marido, o economista Pêrsio Arida, um dos idealizadores do Plano Real. Ele presidiu o BNDES e o Banco Central, na gestão do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.